



**CENTRO UNIVERSITÁRIO GOYAZES – UNIGOYAZES
CURSO DE PEDAGOGIA**

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL: Contribuições das Práticas Pedagógicas Inclusivas**

**Andreina Da Silva Coimbra
Maria Pereira S. Menezes
Tharianne S. B. Ferreira**

Orientador(a): Prof.^a Ma. Dilma Maria de Rezende Silva

**Trindade-GO
2026**

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL: Contribuições das Práticas Pedagógicas Inclusivas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Centro Universitário Goyazes – UniGoyazes
como requisito para obtenção do título de
Licenciatura em Pedagogia.

**Orientador(a): Prof.^a Ma. Dilma Maria de
Rezende Silva**

**Trindade-GO
2026**

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL: Contribuições das Práticas Pedagógicas Inclusivas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Centro Universitários Goyazes –
UniGoyazes como requisito parcial à obtenção
do título de Licenciatura em Pedagogia,
aprovada pela seguinte banca examinadora:

Prof.^a Orientadora Me: Dilma Maria de Rezende Silva
Centro Universitário Goyazes -UniGoyazes

Prof.^a Me: Kamila Barros Viana Vaz
Centro Universitário Goyazes -UniGoyazes

Prof.^a Doutoranda: Eliane Monteiro Mendes de Melo
Seduc-GO

Trindade - GO

17 de junho de 2026 (Data da defesa)

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Contribuições das Práticas Pedagógicas Inclusivas

RESUMO

Objetivo: Analisar a importância da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, considerando as contribuições das práticas pedagógicas inclusivas para o desenvolvimento social, cognitivo e comunicativo desses alunos no ambiente institucional. **Metodologia:** trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter interpretativo analítico, desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico. A coleta do material foi realizada em bases de dados acadêmicas, como Google Acadêmico e SciELO, utilizando os descritores “desafios da educação inclusiva”, “Aprendizagem de crianças com TEA”, “TEA e a educação inclusiva”, no período de janeiro a março de 2026. Foram utilizados como descritores: educação inclusiva, TEA, Educação Infantil, inclusão e práticas pedagógicas inclusivas. Os materiais selecionados foram analisados por meio de leitura exploratória e interpretativa, considerando produções científicas e documentos relacionados à temática. **Resultados:** os estudos analisados evidenciam que a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil contribui significativamente para o desenvolvimento das habilidades sociais, cognitivas e comunicativas, além de favorecer a construção de ambientes institucionais mais acolhedores e preparados para a diversidade. **Considerações Finais:** conclui-se que práticas pedagógicas inclusivas, associadas à formação continuada dos professores e ao uso de metodologias adequadas, são fundamentais para promover uma inclusão efetiva, garantindo o direito à educação e favorecendo o desenvolvimento integral das crianças.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Transtorno do Espectro Autista; Educação Infantil; Inclusão.

The Inclusion of Children with Autism Spectrum Disorder in Early Childhood Education: Contributions from Inclusive Pedagogical Practices

ABSTRACT

Objective:

This study analyzes the importance of including children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Early Childhood Education, considering the contributions of inclusive pedagogical practices to the social, cognitive, and communicative development of these students in the institutional environment. **Methodology:** This is a qualitative, analytical-interpretative research study, developed through a bibliographic survey. Data collection was carried out in academic databases such as Google Scholar and SciELO, using the descriptors "challenges of inclusive education," "Learning of children with ASD," and "ASD and inclusive education," from January to March 2026. The following descriptors were used: inclusive education, ASD, Early Childhood Education, inclusion, and inclusive pedagogical practices. The selected materials were analyzed

through exploratory and interpretive reading, considering scientific productions and documents related to the theme. **Results:** The studies analyzed show that the inclusion of children with Autism Spectrum Disorder in Early Childhood Education significantly contributes to the development of social, cognitive, and communicative skills, in addition to fostering the creation of more welcoming and diversity-prepared institutional environments. Final **Considerations:** It is concluded that inclusive pedagogical practices, associated with ongoing teacher training and the use of appropriate methodologies, are fundamental to promoting effective inclusion, guaranteeing the right to education and favoring the integral development of children.

Keywords: Inclusive education; Autism Spectrum Disorder; Early Childhood Education; Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

A presença da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola regular constitui um direito assegurado por lei. No entanto, observa-se a necessidade de refletir sobre a efetivação desse direito na prática, especialmente na Educação Infantil, que representa a etapa inicial da Educação Básica.

Esse período é marcado por vivências essenciais de interação e brincadeiras, fundamentais para o desenvolvimento infantil. Nesse sentido, torna-se indispensável que as crianças com TEA também tenham acesso a essas experiências, bem como compreender de que maneira essas vivências têm sido promovidas no contexto educacional.

Estudos recentes apontam que a educação inclusiva tem se iniciado de forma adequada desde a Educação Infantil (Silva; Cordeiro, 2024).

Nos últimos anos, a área da Educação tem apresentado avanços significativos no que se refere à inclusão, abrangendo não apenas crianças com TEA, mas todas as pessoas com deficiência. Ainda assim, evidencia-se uma contradição entre os avanços legais e a realidade das instituições de ensino, o que reforça a necessidade de analisar como esses direitos vêm sendo efetivamente aplicados. Conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), todos os estudantes possuem direito a uma educação de qualidade em condições de igualdade.

Apesar das garantias legais, persistem desafios relacionados à preparação das instituições, à formação dos professores e à adoção de estratégias pedagógicas adequadas. Nesse contexto, torna-se fundamental compreender como o ambiente institucional pode ser organizado para promover uma inclusão efetiva, capaz de

favorecer o desenvolvimento social, cognitivo e comunicativo das crianças com TEA no processo de interações e brincadeiras.

Além dos aspectos teóricos e legais, o interesse pela temática também se fortaleceu por meio de vivências acadêmicas e experiências observadas no contexto institucional, especialmente durante momentos de estágio e contato com a rotina educacional. Nessas experiências, foi possível perceber, na prática, tanto os desafios enfrentados quanto a relevância de estratégias pedagógicas inclusivas voltadas ao acolhimento e ao desenvolvimento das crianças com TEA.

Diante desse contexto — que envolve garantias legais, avanços educacionais e desafios ainda presentes na prática institucional—, delimita-se a seguinte problemática: **de que maneira as práticas pedagógicas inclusivas podem contribuir para o desenvolvimento e a aprendizagem de crianças com TEA na Educação Infantil?**

Dessa forma, o objetivo geral consiste em analisar de que maneira as práticas pedagógicas inclusivas contribuem para o desenvolvimento de crianças com TEA na Educação Infantil. Como objetivos específicos, busca-se: Compreender as características do TEA no contexto da Educação Infantil; Identificar práticas pedagógicas inclusivas utilizadas no processo de ensino de crianças com TEA; Analisar o papel do professor e da escola na promoção da educação inclusiva; Investigar como as estratégias pedagógicas contribuem para o desenvolvimento social, cognitivo e comunicativo das crianças com TEA.

Refletindo assim sobre os desafios e as possibilidades da inclusão na Educação Infantil, pois compreender as práticas pedagógicas voltadas para esse público contribui para ampliar o conhecimento sobre a educação inclusiva e para fortalecer reflexões sobre a necessidade de ambientes educacionais mais preparados para acolher a diversidade. Dessa forma, a pesquisa busca contribuir para o debate acadêmico e educacional acerca da inclusão, evidenciando a importância de práticas que valorizem as potencialidades das crianças e promovam oportunidades mais equitativas.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de caráter descritivo, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica. Esse tipo de

investigação permite analisar e compreender produções científicas já publicadas acerca do tema, possibilitando a construção de reflexões teóricas sobre a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil. A pesquisa bibliográfica baseia-se na análise de materiais já elaborados, como livros, artigos científicos, legislações e documentos acadêmicos, contribuindo para a compreensão dos conceitos, das práticas pedagógicas e das políticas educacionais relacionadas à educação inclusiva.

Para responder sobre a possível distância entre o direito legal e sua efetivação para crianças com TEA na Educação Infantil, realizou-se pesquisa do material bibliográfico em bases de dados e plataformas acadêmicas digitais, como Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e periódicos da área da educação. O levantamento das publicações ocorreu no período de janeiro a março de 2026. Para a busca dos materiais foram utilizados descritores relacionados à temática do estudo, entre eles: educação inclusiva, TEA, Educação Infantil, inclusão e práticas pedagógicas inclusivas. A seleção das produções considerou materiais que apresentassem relação direta com o tema da pesquisa e que contribuíssem para a compreensão do processo de inclusão de crianças com TEA no contexto do CMEI.

Após a seleção dos materiais, foi realizada leitura exploratória e analítica das obras, com o objetivo de identificar as principais contribuições teóricas relacionadas ao tema investigado. Foram considerados estudos recentes acerca da inclusão na Educação Infantil (SILVA; CORDEIRO, 2024), bem como contribuições relacionadas às características e ao desenvolvimento do TEA (MENEZES; PEREIRA, 2016; CUNHA, 2018; RODRIGUES, 2018). No que se refere às práticas pedagógicas inclusivas e ao papel do pedagogo, destacam-se as discussões de Leal e Lustosa (2018), Garcia e Barcelos (2021), Machado, Barcelos e Martins (2021), Fernandes (2016), Mota (2020), Dias (2020) e Mariño (2023). Também foram incorporadas abordagens sobre intervenções e metodologias educacionais, com ênfase nas contribuições de Oliveira e Silva (2021), Gaiato (2018), Fonseca (2022) e Passerino (2015), especialmente no que concerne às estratégias ABA, TEACCH e PECS. A compreensão histórica e conceitual do autismo foi subsidiada por autores como Mello (2018), Chiote (2011) e Bleuler, além de análises sobre políticas públicas de inclusão (CARDOSO et al., 2018). No âmbito legal, o estudo fundamenta-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), na Lei nº 12.764/2012 (BRASIL, 2012) e na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), documentos que orientam a garantia do direito à educação inclusiva. Dessa forma, o conjunto dessas referências

possibilitou a sustentação teórica necessária para a análise das práticas pedagógicas inclusivas voltadas ao desenvolvimento e à instrução de crianças com TEA na Educação Infantil.

Posteriormente, os conteúdos foram organizados e interpretados de acordo com os objetivos propostos pelo estudo, permitindo a construção da fundamentação teórica e das discussões apresentadas no trabalho. Para melhor organização da fundamentação teórica utilizada neste estudo, apresenta-se, a seguir, um quadro-síntese com os principais eixos temáticos e autores que sustentam a pesquisa.

Quadro 1. Síntese da fundamentação teórica da pesquisa

Eixo Temático	Principais Autores/Referências	Contribuição para o Estudo
Inclusão na Educação Infantil	SILVA; CORDEIRO (2024)	Base conceitual sobre inclusão na etapa inicial da Educação Básica
Características do TEA	MENEZES; PEREIRA (2016); CUNHA (2018); RODRIGUES (2018)	Compreensão do desenvolvimento e especificidades do TEA
Práticas pedagógicas inclusivas	LEAL; LUSTOSA (2018); GARCIA; BARCELOS (2021); MACHADO; BARCELOS; MARTINS (2021); FERNANDES (2016); MOTA (2020); DIAS (2020); MARIÑO (2023)	Estratégias pedagógicas e papel do professor
Metodologias e intervenções	OLIVEIRA; SILVA (2021); GAIATO (2018); FONSECA (2022); PASSERINO (2015)	Aplicação de métodos como ABA, TEACCH e PECS
Fundamentação histórica e conceitual	MELLO (2018); CHIOTE (2011); BLEULER	Origem e evolução do conceito de autismo
Políticas públicas de inclusão	CARDOSO et al. (2018)	Análise da efetivação das políticas inclusivas
Base legal	BRASIL (1996); BRASIL (2012); UNESCO (1994)	Garantia do direito à educação inclusiva

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

O Quadro 1 evidencia a articulação entre os diferentes referenciais teóricos que embasam a análise proposta. Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, não houve coleta de dados diretamente com seres humanos, sendo utilizados apenas materiais previamente publicados na literatura científica, não havendo necessidade de submissão a Comissão de Ética em Pesquisa.

Utilizou-se também um levantamento referente à quantidade de alunos diagnosticados nas instituições de ensino da rede municipal de Trindade-GO no primeiro semestre de 2026, com o objetivo de aproximar a discussão teórica da realidade educacional local. Os dados foram disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Trindade-GO, apresentados em curso de aperfeiçoamento para os profissionais da inclusão do município referente ao primeiro semestre de 2026.

3. RESULTADOS

O TEA é compreendido como uma condição complexa que interfere no desenvolvimento do indivíduo, afetando diferentes áreas, especialmente aquelas relacionadas à interação social. Ao longo da história, o entendimento sobre o transtorno passou por diferentes abordagens de profissionais da área, sendo o termo autismo utilizado pela primeira vez por Kanner em 1943. Mesmo após décadas de estudos, ainda não há uma explicação conclusiva sobre as causas que levam ao surgimento do transtorno (Menezes; Pereira, 2016).

Nesse sentido, Leal e Lustosa (2018) destacam o papel significativo que o brincar exerce no processo de desenvolvimento e nas interações sociais das crianças com TEA no ambiente de CMEI. Os autores apontam o brincar como um importante recurso que contribui para a inclusão, favorecendo a participação dessas crianças nas atividades educacionais.

Ainda nessa perspectiva, Leal e Lustosa (2018) enfatizam a atuação do professor como elemento central nesse processo, destacando a necessidade de desenvolvimento de novas competências que possibilitem aos docentes uma atuação mais preparada diante desse contexto.

Essa discussão também se aproxima das reflexões de Garcia e Barcelos (2021), mencionadas anteriormente, ao evidenciarem a necessidade de que educadores e outros profissionais busquem diferentes estratégias que auxiliem no processo contínuo.

Machado, Barcelos e Martins (2021) também discutem a educação como um direito fundamental da criança com TEA, tomando essa premissa como base para suas análises. Embora o acesso dessas crianças ao ensino regular seja garantido, os autores apontam que o baixo rendimento frequentemente observado evidencia fragilidades no sistema educacional brasileiro. Essa realidade leva à reflexão sobre a efetividade da inclusão no contexto educacional, bem como sobre os desafios que ainda precisam ser superados.

Nesse cenário, a inclusão não deve ser compreendida apenas como a presença do sujeito no ambiente institucional, mas como a garantia das condições e recursos necessários para que ele participe efetivamente do processo educativo. A importância da atuação multidisciplinar entre os profissionais da educação e os demais envolvidos no acompanhamento da criança, ressaltando que essa parceria é

fundamental para alcançar os objetivos das intervenções propostas. Além disso, não se pode desconsiderar a relevância da participação da família no processo de desenvolvimento e nas intervenções voltadas à criança.

A escola inclusiva é caracterizada por não realizar qualquer forma de seleção discriminatória entre os alunos, sendo compreendida como um espaço que se organiza e se prepara para ensinar todos os estudantes, independentemente de suas características físicas, sociais ou intelectuais.

Dessa maneira, a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil exige uma compreensão mais ampla, que ultrapasse apenas as práticas pedagógicas. É necessário considerar aspectos ambientais, sociais e emocionais que influenciam diretamente o processo e desenvolvimento dessas crianças. Nesse contexto, a atuação conjunta entre educadores, psicólogos, terapeutas e familiares torna-se essencial para a construção de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo, capaz de favorecer o desenvolvimento integral das crianças com TEA.

4. DISCUSSÃO

4.1. Autismo e a Educação Infantil

A palavra autismo possui origem no termo grego “*autós*”, cujo significado remete à ideia de “por si mesmo”. Esse conceito foi utilizado pelo psiquiatra suíço Eugene Bleuler, em 1911, ao empregar o termo autismo para descrever um sintoma relacionado à esquizofrenia, considerado um dos traços da psicose. Bleuler associou o termo à noção de afastamento da realidade externa, caracterizando uma espécie de distanciamento do mundo exterior e, conseqüentemente, dificuldades ou impossibilidades de comunicação com o ambiente ao redor, evidenciando comportamentos marcados por grande retraimento (Rodrigues, 2018).

Segundo o autor, o indivíduo passa a viver em uma realidade particular, na qual estabelece interações com elementos imaginários. Essa condição interfere diretamente no desenvolvimento das relações sociais, afetando a interação com outras pessoas. O diagnóstico pode apresentar diferentes níveis de intensidade, variando desde manifestações mais leves até quadros considerados mais severos. O autismo é compreendido como um distúrbio do desenvolvimento neuropsicológico que costuma manifestar-se por volta dos três anos de idade, sendo identificado principalmente por dificuldades persistentes na interação social, na comunicação e

por padrões restritos de interesses e atividades.

Bleuler apresentou à comunidade científica seis casos analisados por ele, nos quais os sintomas tiveram início antes da puberdade. Entre as características observadas estavam alterações comportamentais, ausência de conexão emocional e dificuldades relacionadas ao instinto de integração com o ambiente (Brasil, 2012).

Diante disso, torna-se fundamental observar o comportamento da criança desde os primeiros anos de vida, uma vez que o diagnóstico realizado precocemente amplia as possibilidades de intervenção. Dessa forma, faz-se necessário um estudo aprofundado acerca do espectro, acompanhado de observações atentas sobre o desenvolvimento infantil.

Léo Kanner, psiquiatra austríaco naturalizado norte-americano, também teve papel pioneiro nos estudos sobre o tema. Ao analisar crianças internadas em uma clínica, identificou comportamentos distintos daqueles já descritos na literatura psiquiátrica da época, tornando-se o primeiro pesquisador a publicar estudos específicos sobre o assunto. A partir de suas observações, Kanner organizou três grandes categorias de características: dificuldades no relacionamento interpessoal, atrasos na aquisição da fala e limitações relacionadas às habilidades motoras (Mello, 2018).

De acordo com Cunha (2018), o diagnóstico precoce apresenta grande relevância no contexto educacional, pois é durante o período escolar, quando as interações sociais entre os alunos se tornam mais intensas, que o professor pode perceber com maior clareza as particularidades e dificuldades apresentadas por cada estudante.

Ainda segundo Cunha (2018), o autor destaca a importância da observação cuidadosa por parte do docente diante de determinados comportamentos apresentados pelos alunos, entre eles: tendência ao isolamento social; dificuldade em manter contato visual; distanciamento do ambiente externo; resistência ao contato físico; dificuldades de adaptação às metodologias de ensino; ausência de medo em situações de perigo; falta de resposta quando chamado; crises de irritação; resistência a mudanças na rotina; utilização de outras pessoas para alcançar objetos; hiperatividade física; agitação desorganizada ou, em alguns casos, calma excessiva; apego e manipulação inadequada de objetos; movimentos repetitivos do corpo; sensibilidade a sons; estereotípias; ecolalias; dificuldades de simbolização ou de compreensão da linguagem simbólica; interpretação excessivamente literal da

linguagem e dificuldades para compreender sentimentos e aspectos presentes em interações conversacionais (Cunha, 2018).

Para a identificação dessa condição, torna-se essencial que o docente possua uma formação adequada, buscando constantemente ampliar seus conhecimentos sobre o tema. Esse preparo contribui para que o profissional esteja mais apto a reconhecer sinais característicos e a lidar com os desafios que podem surgir no contexto educacional relacionados ao TEA.

O processo de institucionalização da criança autista ainda se apresenta como um campo em desenvolvimento. Historicamente, as práticas educativas voltadas para esse público estiveram direcionadas principalmente à deficiência, deixando em segundo plano as possibilidades de instrução e desenvolvimento desses estudantes. Conforme aponta Chiote (2011, p. 22), “a sociedade delimitou o lugar da criança com autismo a espaços clínicos com intervenções baseadas no modelo comportamental, que perdura no imaginário social até os dias atuais”. Até as últimas décadas do século XX, o atendimento educacional destinado às crianças autistas ocorria predominantemente em instituições especializadas de educação especial, nas quais o foco do trabalho educativo estava direcionado à deficiência, buscando amenizar ou corrigir os déficits apresentados pelo aluno. Nesse contexto, o diagnóstico acabava sendo enfatizado em detrimento do reconhecimento das capacidades da criança.

Cunha (2012) destaca que a criança com desenvolvimento típico aprende naturalmente por meio das experiências cotidianas, como as brincadeiras, as interações com os pais, colegas e professores no ambiente educacional. Ao longo dessas vivências, estabelece amizades e desenvolve habilidades motoras e cognitivas, aprendendo a partir das experiências que vivencia. As informações chegam até a criança por meio dos sentidos e contribuem para a formação de sua compreensão de mundo.

Entretanto, para a criança com TEA esse processo pode ocorrer de maneira diferente, pois a relação entre o cérebro e os estímulos sensoriais apresenta particularidades, fazendo com que as informações recebidas nem sempre sejam convertidas em conhecimento. Por essa razão, além da participação na sala de ensino comum, cuja finalidade principal é favorecer a socialização, a escola também deve oferecer atendimento na sala de recursos multifuncionais, um espaço organizado com recursos apropriados que possibilitem um acompanhamento alinhado às potencialidades do estudante (Cunha, 2012).

Nesse sentido, Chiote (2011) afirma que a inclusão da criança com autismo não se resume apenas à sua presença em uma escola ou em uma turma regular. É necessário garantir que ela tenha acesso a experiências de interação e brincadeiras significativas, valorizando suas potencialidades e contribuindo para que seja reconhecida como um sujeito capaz de aprender, pensar, sentir e participar de um grupo social, desenvolvendo-se dentro desse contexto e respeitando suas singularidades.

No cotidiano do CMEI, é possível que a criança com autismo apresente comportamentos como desconforto ou intimidação diante do ambiente, procure apoio em elementos que lhe despertem interesse, manifeste birras quando contrariado ou demonstre reações intensas de medo e raiva (Cunha, 2012).

Além do trabalho realizado neste contexto, o desenvolvimento do aluno com TEA também envolve a atuação de diferentes profissionais, entre eles o fonoaudiólogo, o terapeuta ocupacional, o psicólogo e o médico. A atuação desses profissionais deve ocorrer de maneira articulada, mantendo diálogo constante entre si, com a escola e com o professor, a fim de que haja coerência entre as práticas e as abordagens utilizadas.

Entre as propostas de intervenção utilizadas para favorecer o desenvolvimento da criança com autismo, destaca-se a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), método que tem sido amplamente empregado nos últimos anos. De acordo com Oliveira e Silva (2021, p. 573), “muitos definem a aplicação de ABA para crianças autistas como ‘aprendizagem sem erro’”. Essa abordagem apresenta contribuições relevantes, porém sua aplicação deve ser realizada por profissionais capacitados e integrada ao trabalho de uma equipe multiprofissional para que os resultados sejam efetivos no desenvolvimento da criança com autismo.

A terapia baseada na ABA caracteriza-se por um processo de ensino intensivo e individualizado, voltado para o desenvolvimento de habilidades que possibilitem à criança autista alcançar maior autonomia e qualidade de vida. Entre os aspectos trabalhados estão comportamentos que podem interferir no desenvolvimento e na integração social do indivíduo diagnosticado com autismo, contribuindo para o aprimoramento de suas capacidades e para sua participação mais ativa no ambiente em que está inserido (Oliveira; Silva, 2021).

A descoberta de comportamentos como o estabelecimento de contato visual, o desenvolvimento da comunicação funcional e a aquisição de habilidades que servem

como base para leitura, escrita e matemática contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento da criança com TEA. Também fazem parte desse processo a construção de noções de tempo e espaço, lateralidade, consciência corporal e a realização de atividades da vida diária, como os cuidados com a higiene pessoal.

Além disso, a diminuição de comportamentos agressivos, estereotípias e autolesões possibilita que professores e a própria criança compreendam melhor a forma como ocorre a interação com o ambiente ao seu redor. A partir dessa compreensão, a escola pode elaborar estratégias pedagógicas que considerem as particularidades, diferenças e limitações de cada estudante autista.

A Declaração de Salamanca tratou de princípios, políticas e práticas relacionadas às necessidades educacionais especiais, abordando aspectos fundamentais da educação especial e orientando o que se espera das instituições escolares no processo de conhecimento. O documento defende que estudantes com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas regulares, que precisam se organizar a partir de uma pedagogia centrada na criança, capaz de atender às suas necessidades. Além disso, ressalta que escolas que adotam uma orientação inclusiva contribuem para reduzir atitudes discriminatórias, favorecem a construção de comunidades acolhedoras e promovem uma sociedade mais inclusiva, ao mesmo tempo em que ampliam as oportunidades de educação para todos (Unesco, 1994).

Diante disso, a presença da pessoa autista na escola regular torna-se essencial para o seu desenvolvimento. A participação na rotina educacional favorece experiências de convivência e prática tanto para as crianças sem deficiência quanto para aquelas que apresentam o transtorno. Essa interação contribui para o combate à discriminação e para a formação de uma sociedade mais inclusiva, na qual todos têm a possibilidade de aprender e participar.

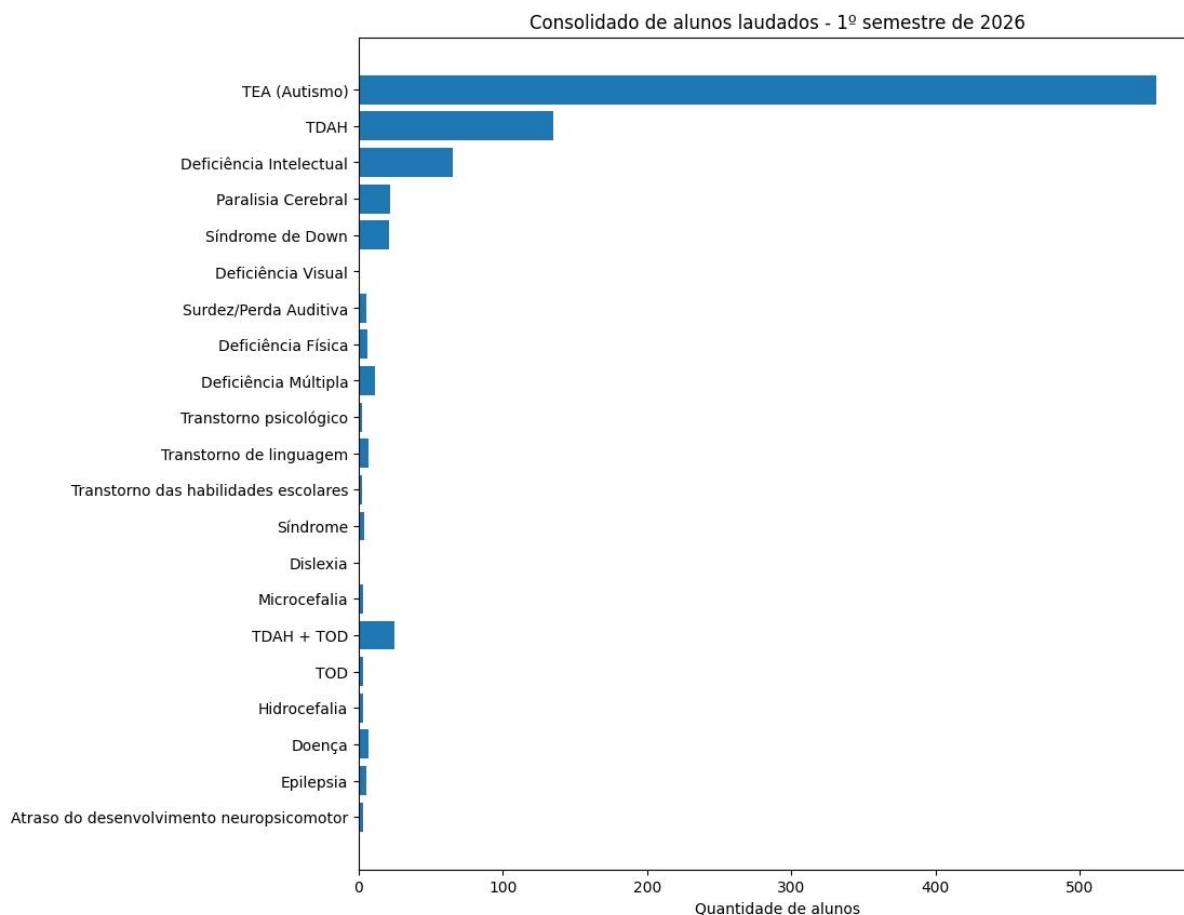
A Lei Federal nº 12.764, sancionada em dezembro de 2012, instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA e estabeleceu diretrizes voltadas à garantia de direitos dessa população. A legislação define a pessoa com TEA a partir de características relacionadas a dificuldades persistentes na comunicação e na interação social, bem como à presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Além disso, a lei assegura a essas pessoas o acesso às políticas públicas de inclusão e ao atendimento educacional especializado, reconhecendo oficialmente o transtorno como uma

condição que demanda proteção e garantia de direitos no âmbito social e educacional (Brasil, 2012).

De acordo com Cardoso et al. (2018), embora diversas conquistas tenham sido alcançadas no campo legislativo, ainda é necessário que essas garantias sejam efetivamente aplicadas nas escolas e nos demais espaços sociais. Mesmo com avanços importantes ao longo do tempo, ainda existem desafios a serem superados, especialmente no que se refere à efetivação da inclusão institucional e à garantia de uma educação de qualidade para as pessoas com esse transtorno.

Nesse contexto, torna-se relevante analisar dados concretos que evidenciem a presença de alunos com autismo no contexto educacional local. A compreensão desses números permite aproximar a discussão teórica da realidade vivenciada nas instituições de ensino, evidenciando a demanda existente e a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas efetivas.

A partir dessa perspectiva, apresenta-se a seguir um levantamento referente à quantidade de alunos laudados no município de Trindade, no primeiro semestre de 2026, com destaque para os casos de TEA.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Trindade-GO (2026.1)

A análise dos dados apresentados evidencia a expressiva presença de alunos com TEA no município de Trindade, totalizando 553 estudantes diagnosticados, número significativamente superior em comparação às demais condições listadas. Em um universo de 884 alunos laudados, o TEA representa a maior parcela, destacando-se de forma expressiva frente a outros diagnósticos, como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), com 135 casos, e Deficiência Intelectual, com 65 registros.

Esses dados revelam não apenas a incidência do transtorno no contexto educacional local, mas também evidenciam a crescente demanda por práticas pedagógicas inclusivas capazes de atender às especificidades desse público. A predominância de alunos com TEA nas instituições de ensino reforça a necessidade de preparo das escolas, tanto no que se refere à formação docente quanto à adaptação de metodologias e ambientes de conhecimento.

Além disso, observa-se que, embora existam outras condições associadas ao desenvolvimento e à prática, nenhuma delas apresenta números tão expressivos quanto o TEA, o que aponta para a urgência de um olhar mais direcionado a esse grupo dentro das políticas educacionais e das práticas pedagógicas.

Dessa forma, os dados apresentados corroboram a discussão teórica desenvolvida neste estudo, ao evidenciar que a inclusão de crianças com Espectro não se trata de uma demanda pontual, mas de uma realidade concreta e significativa no contexto da Educação Infantil. Tal cenário reforça a importância de estratégias pedagógicas inclusivas que promovam não apenas o acesso, mas também a permanência e o desenvolvimento efetivo dessas crianças no ambiente de CMEI.

4.2. A Inclusão de Alunos com TEA no Ensino Infantil

De acordo com Mello (2018) com a promulgação da lei, o aluno passa a ter garantido o direito ao atendimento educacional especializado, assegurando-lhe os mesmos direitos destinados a todos os estudantes, porém por meio de práticas inclusivas que atendam às suas necessidades. Nesse contexto, o professor desempenha papel fundamental no processo de inclusão, pois as ações realizadas em sala de referência influenciam diretamente o desenvolvimento do estudante.

Entretanto, o trabalho inclusivo não deve ser responsabilidade apenas do

docente, mas de toda a comunidade pedagógica, contribuindo tanto para o processo de ensino e descoberta dos alunos com deficiência quanto para o fortalecimento das relações sociais no coletivo. Dessa forma, busca-se a construção de uma sociedade mais igualitária, na qual as pessoas com deficiência não sejam marginalizadas. Embora muitas vezes sejam consideradas diferentes, é importante reconhecer que nenhum indivíduo é igual ao outro, pois todos possuem características e especificidades próprias (Mello, 2018).

Essa legislação representa um marco histórico tanto para as pessoas com autismo quanto para a sociedade de maneira geral. Para Cunha (2018), esse avanço contribui para a consolidação de políticas públicas inclusivas, pautadas na superação de preconceitos e distinções. A partir desse reconhecimento, o TEA passou a receber maior atenção em relação às suas particularidades, fortalecendo a garantia de direitos e incentivando a busca por igualdade não apenas no ambiente institucional, mas também em todos os espaços sociais. Com muito esforço coletivo, a sociedade avançou significativamente na promoção de melhores condições de vida para essas pessoas.

Fernandes (2016) destaca que a educação inclusiva constitui um modelo pedagógico voltado para a integração de todos os estudantes no mesmo ambiente, independentemente de suas características individuais, assegurando condições de equidade e acessibilidade no processo de instrução. Essa perspectiva beneficia não apenas as crianças com TEA, mas também os demais alunos, ao promover um ambiente que valoriza a diversidade e contribui para o desenvolvimento social e acadêmico de todos.

Nessa perspectiva, incluir a criança com autismo não significa apenas inseri-la em uma escola ou em uma turma regular. Inicialmente, é necessário que a criança esteja sensorialmente organizada e regulada para conseguir lidar com as demandas do ambiente institucional. Da mesma forma, é fundamental que a escola esteja preparada para atuar nesse processo, realizando adaptações quando necessário, sejam elas metodológicas ou estruturais. Assim, torna-se possível oferecer experiências de vivências significativas, considerando o nível de desenvolvimento da criança e investindo em suas potencialidades (Mota, 2020).

Refletir sobre a inclusão institucional a partir das pessoas autistas também contribui para ampliar e enriquecer o processo de ensino e prática, tornando-o mais diversificado (Mota, 2020). Nesse sentido, a educação inclusiva deve superar

qualquer forma de discriminação e atender às necessidades específicas dos estudantes, garantindo-lhes acesso, permanência e qualidade no ensino regular (Fernandes, 2016).

No contexto educacional, a inclusão contribui para o fortalecimento das habilidades sociais e cognitivas, além de incentivar o convívio respeitoso com as diferenças e favorecer melhorias significativas no ambiente de aprendizado. Conforme aponta Mariño (2023), a construção de um espaço educativo mais acolhedor e diversificado possibilita que cada estudante desenvolva plenamente seu potencial, reforçando os princípios de igualdade de oportunidades e respeito às singularidades individuais.

Mariño (2023) destaca que a inclusão no ambiente institucional exerce papel essencial no desenvolvimento das habilidades sociais e cognitivas das crianças com TEA, pois proporciona interações frequentes com outras crianças, favorecendo avanços na comunicação e na socialização. Nesse sentido, a educação inclusiva na Educação Infantil busca promover um ambiente em que todas as crianças possam aprender, conviver e se desenvolver juntas, reconhecendo e valorizando suas diferenças e garantindo condições de equidade no processo educativo.

O convívio cotidiano com colegas neurotípicos favorece o desenvolvimento de comportamentos sociais adequados, estimulando maior autonomia e possibilitando interações mais significativas e também no meio social. Para Dias (2020), o acompanhamento realizado por profissionais qualificados, aliado ao uso de metodologias adaptadas, contribui para o desenvolvimento cognitivo desses estudantes, auxiliando no processo de aquisição de conhecimentos e no aprimoramento de habilidades acadêmicas.

Para as crianças que não apresentam TEA, a convivência com colegas que possuem diferentes necessidades também traz benefícios importantes. Esse contato contribui para o desenvolvimento de competências socioemocionais, como empatia, resiliência e respeito às diferenças, fortalecendo a formação de indivíduos mais sensíveis à diversidade e preparados para viver em uma sociedade plural e inclusiva.

Nesse sentido, a realização de intervenções pedagógicas eficientes desde o início do processo de escolarização, especialmente na Educação Infantil, pode favorecer o desenvolvimento psicomotor, social e linguístico das crianças com autismo. Essas ações contribuem para avanços significativos em suas vidas, ampliando suas possibilidades de práticas e de participação nas interações sociais

(Dias, 2020). Além disso, a presença de alunos com TEA em turmas regulares amplia a percepção sobre a diversidade humana, contribuindo para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor.

Mariano (2023) destaca que a convivência diária entre estudantes com diferentes características favorece o estabelecimento de relações interpessoais fundamentadas no respeito e na solidariedade, elementos essenciais para a construção de uma convivência social mais harmoniosa. Nesse contexto, práticas pedagógicas voltadas para o ensino da diversidade têm apresentado resultados positivos, contribuindo para o fortalecimento da empatia e para a valorização das diferenças.

Dias (2020) ressalta que abordagens educacionais que discutem o autismo e outras condições de neurodivergência contribuem para ampliar a conscientização dos estudantes, incentivando a construção de uma cultura institucional mais acessível, igualitária e sensível às diferenças. Esse processo prepara os alunos para estabelecer relações mais respeitadas e inclusivas ao longo de suas trajetórias.

Nessa perspectiva, torna-se evidente a importância de reconhecer a identidade da criança e seu papel como sujeito ativo de sua própria história. Na Educação Infantil, o processo de descoberta deve ocorrer a partir das experiências vividas pela criança, considerando suas necessidades, interesses e potencialidades, garantindo-lhe o direito de participar de forma ativa na construção de seu próprio processo educativo (Silva et al., 2012).

A adoção de práticas inclusivas no ambiente institucional também demanda adaptações que acabam beneficiando todos os estudantes, independentemente de apresentarem ou não necessidades específicas. Estratégias como a diferenciação pedagógica, a utilização de recursos multimodais e a flexibilização curricular permitem uma abordagem educacional mais ampla, capaz de atender a diferentes formas de percepção e garantir que cada estudante tenha acesso a métodos de ensino adequados.

Com base nessas necessidades, diversas metodologias foram desenvolvidas com o objetivo de auxiliar no processo de vivência prática dos alunos e favorecer uma inclusão efetiva. Entre elas destacam-se a ABA, o PECS e o TEACCH. De acordo com Silva et al. (2012), a ABA, sigla para Applied Behavior Analysis, tem como finalidade promover a modificação de comportamentos considerados inadequados, favorecendo o desenvolvimento de comportamentos mais adequados.

Esse método baseia-se na criação de situações que possibilitam à criança aprender e praticar determinadas habilidades por meio do uso de incentivos e reforços positivos, como elogios ou recompensas quando o comportamento esperado é apresentado (Silva et al., 2012). Diferentemente de abordagens punitivas, a ABA prioriza o reforço de comportamentos desejados e pode ser aplicada não apenas em pessoas com TEA, mas também em qualquer indivíduo que necessite de apoio para promover mudanças comportamentais.

Segundo Gaiato (2018), a Associação para a Ciência do Tratamento do Autismo, nos Estados Unidos, reconhece a ABA como uma intervenção que apresenta evidências científicas suficientes para ser considerada eficaz, motivo pelo qual tem sido amplamente utilizada, especialmente no tratamento de pessoas com TEA. Para que os resultados sejam alcançados, é necessário realizar uma análise detalhada do comportamento, permitindo a elaboração de um plano de intervenção adequado e eficaz.

Considerando o desenvolvimento de habilidades como comportamento social, comunicação funcional, contato visual, leitura, interpretação e noções matemáticas, torna-se possível auxiliar crianças entre 1 e 5 anos a explorar situações do cotidiano que favoreçam a construção de interações sociais. Esses momentos contribuem para a formação de vínculos emocionais, além de promover estímulos que favorecem o aprimoramento de comportamentos considerados adequados, aumentando as chances de que esses comportamentos sejam repetidos. Nesse contexto, o método TEACCH utiliza atividades estruturadas e significativas voltadas para o aprendizado, buscando direcionar a comunicação e a organização das atividades. A sigla TEACCH refere-se ao Tratamento e Educação de Crianças com Autismo e problemas relacionados à comunicação (Fonseca, 2022).

De acordo com Passerino (2015) *apud* Fonseca (2022), o método TEACCH é considerado um dos mais conhecidos e foi desenvolvido por Schopler na década de 1970, na Universidade da Carolina do Norte. Essa abordagem baseia-se na oferta de apoios educacionais precoces, utilizando recursos visuais que auxiliam na organização das atividades e das rotinas. Diferentemente do PECS, os recursos visuais no TEACCH não são utilizados como forma direta de comunicação, mas como instrumentos que contribuem para a estruturação das tarefas e da rotina. A partir da análise dos interesses, das capacidades e das necessidades de cada indivíduo, são definidas estratégias de intervenção e organização do tempo e do espaço no

cotidiano.

O método TEACCH também atua como um facilitador no processo de socialização, ampliando as possibilidades de comunicação e orientando o desenvolvimento de rotinas e práticas adequadas. Trata-se de um modelo de ensino estruturado que busca melhorar a adaptação da criança por meio de avaliações individualizadas e da elaboração de programas personalizados. Dessa forma, contribui para a melhoria da qualidade de vida, favorecendo o desenvolvimento de habilidades adaptativas e estimulando a autonomia.

Outro recurso utilizado é o PECS, sigla para Picture Exchange Communication System. Esse método baseia-se na comunicação por meio da troca de figuras e pode beneficiar diferentes indivíduos, incluindo aqueles que apresentam grandes dificuldades de comunicação, sejam eles verbais ou não verbais (Fonseca, 2022).

O PECS consiste em um sistema de treinamento que utiliza figuras para auxiliar no desenvolvimento da comunicação, podendo também favorecer o surgimento da fala em crianças com desenvolvimento atípico. Essa estratégia pode ser empregada como forma de comunicação para crianças com TEA e apresenta benefícios como o aumento da comunicação verbal, a redução de comportamentos inadequados e a ampliação das interações sociais. Dessa maneira, a utilização desses métodos contribui para uma melhor compreensão das necessidades da criança, favorecendo melhorias no comportamento, nas relações sociais, no desempenho acadêmico e na qualidade de vida (Fonseca, 2022).

Na perspectiva de Dias (2020), a formação continuada de professores voltada para a educação inclusiva contribui para aprimorar a qualidade do ensino, pois prepara os profissionais para lidar com a diversidade presente no ambiente educacional de forma mais sensível e competente. A construção de um ambiente educacional inclusivo também contribui para a diminuição de atitudes discriminatórias e excludentes, favorecendo o desenvolvimento de um protocolo baseado na equidade e no respeito mútuo. Como consequência, esse contexto promove melhorias no bem-estar da comunidade educacional e fortalece o processo de prática e o desenvolvimento integral das crianças.

No entanto, um dos aspectos fundamentais na Educação Infantil é a garantia da acessibilidade. Todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sensoriais, devem ter acesso aos espaços, materiais e brinquedos de maneira igualitária. Para que isso ocorra, a inclusão de crianças com deficiência

requer adaptações no ambiente institucional, como a adequação do mobiliário, a utilização de recursos pedagógicos acessíveis e a disponibilização de brinquedos adaptados que permitam a participação de todos nas atividades propostas.

A organização de um ambiente acolhedor e inclusivo contribui para a valorização da diversidade e para o fortalecimento do desenvolvimento integral das crianças. Ao reconhecer as individualidades e garantir oportunidades equitativas de experiências, a escola cumpre seu papel não apenas como espaço de ensino, mas também como um ambiente de formação social, promovendo valores como respeito, empatia e convivência harmoniosa entre todas as crianças.

5. CONSIDERAÇÕES

Diante das informações acima mencionadas, compreende-se que a inclusão de crianças autistas na Educação Infantil representa um aspecto fundamental para a construção de uma educação mais equitativa e sensível às diferenças. A partir das discussões apresentadas neste estudo, compreende-se que a inclusão vai além da matrícula da criança na escola regular, exigindo práticas pedagógicas que considerem suas necessidades, potencialidades e formas particulares de descobertas. Nesse sentido, a organização de um ambiente educacional acolhedor e preparado para lidar com a diversidade torna-se essencial para garantir experiências significativas no processo de desenvolvimento infantil.

Observou-se também que o uso de estratégias pedagógicas adequadas e de metodologias específicas pode contribuir de forma significativa para o desenvolvimento das habilidades sociais, comunicativas e cognitivas das crianças com TEA. Métodos como ABA, TEACCH e PECS apresentam possibilidades importantes de intervenção, auxiliando na comunicação, na organização das rotinas e na ampliação das interações sociais, favorecendo o desenvolvimento da autonomia e da participação no contexto de CMEI.

Outro ponto relevante refere-se ao papel desempenhado pelos professores e pela equipe pedagógica no processo de inclusão. A formação continuada e a busca por conhecimentos sobre o assunto são fundamentais para que os profissionais estejam preparados para desenvolver práticas pedagógicas mais flexíveis e inclusivas. Além disso, a parceria entre escola, família e profissionais de diferentes áreas contribui para um acompanhamento mais amplo e consistente do

desenvolvimento da criança.

Dessa forma, a inclusão na Educação Infantil contribui não apenas para o desenvolvimento das crianças com TEA, mas também para a construção de um ambiente institucional mais respeitoso e colaborativo. A convivência entre crianças com diferentes características favorece o desenvolvimento de valores como empatia, respeito e cooperação, fortalecendo a formação de uma sociedade mais inclusiva, na qual as diferenças sejam compreendidas como parte da diversidade humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2012.

CARDOSO, Fernandina Almeida; GOMES, Luiz Antônio Xavier; RIBEIRO, Priscila Cordeiro; SACRAMENTO, Sônia Maria da Silva. **A dificuldade de adaptação do aluno autista na sala de aula do 1º ano das séries iniciais do ensino fundamental**. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <http://www.iesap.edu.br/arquivo/a%20dificuldade%20de%20adapta%c3%87%c3%83o%20do%20aluno%20autista%20na%20sala%20de%20aula%20do%201%c2%ba%20ano%20das%20s%c3%89ries%20iniciais%20do%20ensino%20fundamental.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2026

CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti. **A mediação pedagógica na inclusão da criança com autismo na educação infantil**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) — Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2018.

DIAS, Roseli Francisco da Rocha. **Inclusão de crianças autistas na educação infantil: um estudo a partir das concepções de familiares, professores e gestores educacionais**. 2020. Trabalho acadêmico. São Mateus, ES, 2020.

FERNANDES, Adriano Hidalgo. **Formação do professor para a inclusão do aluno com transtorno do espectro autista (TEA) na rede regular de ensino**. In: **OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR**. Paraná: Governo do Estado do Paraná, 2016. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_uem_adrianohidalgofernandes.pdf. Acesso em: 13 mar. 2026

FONSECA, Franciele Nunes da. **A inclusão de crianças com transtorno do espectro autista (TEA) na educação infantil: desafios e possibilidades em sala de aula no município de Cruz Alta/RS**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso

(Licenciatura em Pedagogia) — Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Cruz Alta, 2022.

GAIATO, Mayra. **S.O.S. autismo: guia completo para entender o transtorno do espectro autista**. São Paulo: nVersos, 2018.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; BARCELOS, Liliam Guimarães de. A constituição do público-alvo na política de educação especial brasileira: movimentos e disputas no interior do estado integral. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 27, e0170, p. 1-16, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0170>. Acesso em: 13 mar. 2026.

LEAL, Anderson Rubem Guimarães; LUSTOSA, Ana Valéria Marques Fortes. **O autismo na educação infantil: apontamentos para o processo de inclusão**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 8., 2018, São Carlos. *Anais eletrônicos*. Campinas: Galoá, 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee-2018/trabalhos/o-autismo-naeducacao-infantil-apontamentos-para-o-processo-de-inclusao?lang=pt-br> Acesso em: 13 mar. 2026.

MACHADO, Gabriela; BARCELOS, Kaio da Silva; MARTINS, Morgana de Fátima Agostini. **A inclusão escolar de alunos com transtorno do espectro do autismo (TEA) na educação infantil**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 9., 2021. *Anais eletrônicos*. [S.l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://cbee2021.faiufscar.com/anais#/trabalho/5186> . Acesso em: 13 mar. 2026

MARIÑO, Maria Helena Mangiolardo. **Práticas da educação infantil inclusivas para crianças de três a cinco anos com transtorno do espectro autista**. 2023. Trabalho acadêmico — Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação, Bauru, 2023.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: guia prático**. 6. ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2018.

MENEZES, Maria Roseane Gonçalves de; PEREIRA, Ana Paula. **Inclusão na educação infantil: perspectivas de mães de crianças que apresentam transtorno do espectro do autismo**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 7., 2016, São Carlos. *Anais eletrônicos*. Campinas: Galoá, 2016.

MOTA, Carol. **Autismo na educação infantil: um olhar para interação social e inclusão escolar**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

OLIVEIRA, Daniela dos Santos Ferreira; SILVA, Anderson Douglas Pereira Rodrigues da. Autismo e a educação: ciência ABA (Análise do Comportamento Aplicada) como proposta de intervenção na educação infantil. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 7, n. 10, out. 2021.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Fontanar, 2012.

SILVA, Danielly de Oliveira da; CORDEIRO, Fábio de Carvalho. **A inclusão escolar da criança autista na educação infantil**. Irati: Universidade Estadual do Centro-Oeste, [s.d.]. Disponível em:
http://sguweb.unicentro.br/app/webroot/arquivos/atsubmissao/TCC_A_INCLUSAO_E_SCOLAR_DA_CRIAN_A_AUTISTA_NA_EDUCA_O_INFANTIL_VERS_O_FINAL.pdf
. Acesso em: 13 mar. 2026.

UNESCO; CORDE. **Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.